

## Água: entre o bem público e o interesse privado.



**As divergências entre Odivelas e Loures e as experiências de gestão em Sintra e no Seixal.**

**Págs. 2/3/4**

# GESTÃO da ÁGUA

Câmara de Odivelas diz adeus aos SMAS de Loures

A gestão dos SMAS de Loures foi, ao longo dos últimos anos, desde que Odivelas passou a concelho em 1998, alvo de crispações entre os dois concelhos. Tirando um ou outro período mais pacífico, a verdade é que Odivelas sempre criticou o facto de não ter uma presença em pé de igualdade na gestão dos SMAS de Loures, que tem a responsabilidade quer da água, quer dos resíduos sólidos nos dois concelhos, quer ainda colocando em causa a eficácia do serviço prestado. Em particular nos últimos tempos, a Câmara de Odivelas insurgiu-se contra o que considera a falta de investimento, em particular ao nível das infra-estruturas, por parte dos SMAS. São regulares os protestos em freguesias como Famões, onde há núcleos populacionais que ao longo do ano ficam sem água. Como são regulares os protestos, como aconteceu há bem pouco tempo na freguesia de Odivelas, em relação ao processo de recolha de resíduos.

Do ponto de vista político, havia todas as condições para que esta crispação não existisse. Quem governa a Câmara de Loures é o PS, quem governa Odivelas, é o PS e quem governa os SMAS...é o PS. Mas, por vezes, a confluência de ideias é ultrapassada pela realidade e o facto da prestação de serviços dos SMAS de Loures ser, cada vez mais, alvo de críticas, levou ao inevitável, com a maioria da vereação camarária odivelense (PS e PSD) a aprovar a autonomização de Odivelas, apresentando um estudo onde se defende um sistema de concessão da gestão da água a privados.

“As pessoas foram levadas ao desespero e quem está desesperado tende a aceitar tudo”, denuncia o vereador Rui Francisco, da CDU, força que votou contra a proposta. O que significa, também, que a possibilidade de um debate mais aprofundado sobre as melhores propostas de gestão da água está seriamente condicionado, pois prevalece, em primeiro, a necessidade de um serviço em condições, independentemente de quem o fizer.

Causou, por isso, alguma estranheza a forma como Carlos Teixeira, presidente da Câmara de Loures, respondeu a esta intenção de Odivelas, do tipo, “se quiser sair que saia”. Não deixando, porém, pelo caminho, de lançar uma farpa, a de que Odivelas terá de assumir os custos dessa decisão, nomeadamente quanto ao pessoal afecto aos SMAS e quanto às verbas que Loures poderá perder. Qual valor real que Odivelas terá de pagar, se é que tem de pagar? E quanto ao património, até agora pertença dos SMAS, mas que está no concelho de Odivelas, como vai ser?

No fundo, no fundo, o que esta nova realidade coloca em cima da mesa são os diversos modelos de gestão da água existentes em diversos concelhos e que se podem sistematizar em três grandes opções: a existência de uma Divisão adstrita à própria Câmara Municipal, como é o caso do Seixal, a existência de SMAS próprios, como acontece em Sintra ou sistemas de concessão, como existe em Mafra, onde a água foi concessionada a um grupo empresarial francês.

Para perceber o funcionamento destes sistemas, o “noticias De Cá e De Lá” falou com os seus responsáveis. Foi possível com Seixal e Sintra, até ao fecho da edição não houve resposta da Veolia.

Para já, uma conclusão é possível retirar: na opção assumida pelas diversas autarquias, existe um posicionamento de fundo, o de que a água é um bem universal, que deve ser gerido pelo espaço público. Uma ideia, o que não deixa de ser curioso, nem sequer tem a ver com posicionamentos ideológicos dos que optam pela gestão pública em detrimento da gestão privada. Exemplo paradigmático é o de Fernando Seara, presidente da Câmara Municipal de Sintra, eleito pelo PSD que em diversas declarações públicas defendeu que a gestão da água deve ser feita por empresas públicas. Bem ao contrário do seu colega Ministro dos Santos, também do PSD, que optou por dar a concessão da água em Mafra a um grupo empresarial internacional.



BAPTISTA ALVES, PRESIDENTE DOS SMAS DE SINTRA

## “Quando a água é transformada em mercadoria são as condições económicas que determinam o acesso”



A gestão da água no concelho de Sintra está a cargo dos Serviços Municipalizados, cuja administração é presidida pelo Eng.º Baptista Alves que tem a particularidade de já ter estado ligado aos SMAS de Loures.

Os SMAS de Sintra têm 188 mil clientes, domésticos e empresariais. Trata-se de um município grande que, de acordo com os censos de 2011, conta com mais de 377 mil habitantes. Um concelho com uma orografia acidentada, criando problemas ao nível da distribuição de água mas, fundamentalmente, ao nível do saneamento.

“Temos três vertentes: água de abastecimento, os esgotos, domésticos e industriais, e as águas pluviais. Não tratamos dos

resíduos sólidos que estão a cargo de uma empresa municipal, a HPEM. A estrutura Serviços Municipalizados, como o nome o indica, não retirou os serviços da Câmara. Tem apenas uma autonomia administrativa e financeira, não tem autonomia jurídica, nem patrimonial”.

Mas nem sempre foi assim em Sintra, onde a concessão para o fornecimento da água foi inicialmente de uma empresa privada, que não respondeu às necessidades da população. Daí à criação dos SMAS foi um passo. Um processo que na opinião de Baptista Alves tem sido positivo. “No meu entendimento e no entendimento do próprio presidente da Câmara de Sintra, entendemos que este serviço deve continuar a ser um serviço público. Hoje em dia parece quase impossível cumprir o que está definido a nível mundial, o direito à água como um direito fundamental, se for transformado numa mercadoria, não garantindo a equidade e a satisfação da população. Quando estes produtos são transformados em mercadoria são as condições económicas que determinam quem tem mais ou menos acesso e não é isso que está subjacente a esta ideia da água como direito fundamental”.

Se em relação à concessão privada se percebe logo uma clivagem de fundo, fica por saber, então, qual a diferença entre os SMAS e um serviço municipal. “Sob alguns pontos de vista a situação é a mesma. Diria não haver uma diferença significativa entre os dois modelos, é essencialmente uma questão prática. Obviamente que há uma dependência da Câmara ao nível da aprovação dos orçamentos, os Conselhos de Administração são nomeados pela Câmara, as nossas competências estão limitadas, por exemplo determinados volume de obras tem de ir à Câmara. Porém, quando a relação da Câmara é no sentido de dar autonomia, através da delegação de competências do Presidente, isso já permite funcionar com grande agilidade. Em Sintra, devido à nossa grande autonomia, funcionamos praticamente como uma empresa municipal, não o sendo de facto. Até na organização interna dos serviços fomos caminhando nesse sentido. Por exemplo, neste momento está definido o património que sendo da Câmara é um activo dos SMAS”.

Não se trata de uma questão menos, pois nem sempre foi fácil definir essa fronteira. Um exemplo permite demonstrar isso. Os SMAS facturavam a água aos munícipes mas em contrapartida não facturavam à Câmara. Neste momento todos os serviços prestados à autarquia são facturados e o contrário também.

“O que recebemos da Câmara são verbas provenientes de prestações de serviços. Os SMAS de Sintra são completamente autónomos, vivemos exclusivamente das receitas. Se fossemos um serviço municipal, era a Câmara que estabelecia as coisas. Sendo Serviço Municipalizado, também é a Câmara a aprovar, mas sob proposta nossa”.

De acordo com a lei, uma parte dos exercícios dos SMAS seria para a Câmara Municipal. Em Sintra, a Câmara nunca quis essa parte. “Nesse caso propomos que todo o dinheiro dos nossos resultados seja para investimento. Somos perfeitamente autónomos, suportamos todo o investimento e, por isso, neste momento, temos praticamente 100 por cento do concelho abastecido com água e estamos perto de atingir esse objectivo ao nível do saneamento”.

Mas os tempos estão em mudança, como reconhece Baptista Alves. Os tempos são tempos de regulação. “Até aqui, o poder de estabelecer os tarifários era exclusivamente da Câmara, de acordo com orientações políticas. E os tarifários têm, efectivamente, uma orientação política forte, não são meramente económicos. Por exemplo, o tarifário que fizemos, e onde já estão presentes as orientações da ERSAR, baseou-se em duas orientações: primeiro, que os SMAS, que tinham uma saúde financeira boa, não

queriam enriquecer um cêntimo que fosse com a mudança de tarifário; a segunda orientação foi, dentro da margem que o modelo permitia, não fazer o aumento do preço da água de forma que os tarifários não afectassem as classes mais débeis. A partir daqui os serviços elaboraram uma proposta, foi á Câmara e foi aprovada.

Com a abertura do sector à iniciativa privada, desde 1993, abriu-se um caminho, o da regulação. A regulação aparece com a gestão privada da água, com as chamadas concessões. Só que a partir de Agosto do ano passado passou a atingir todos os serviços, de tal forma que agora há um modelo tarifário”.

Quer isto dizer que na definição do preço da água ao consumidor, havendo margem de decisão para as autarquias, é cada vez mais acentuada a pressão feita através das emanações da ERSAR. A dúvida que se coloca é saber qual a bitola pela qual se irá reger no futuro a entidade reguladora, se por uma lógica de bem comum ou se pela necessidade de encarar a água como um factor de receitas brutais.

Não se trata de uma discussão sem sentido. Na factura da água, por exemplo, já aparecem elementos que nada têm a ver com as Câmaras, sendo exemplo disso a Taxa de Recursos Hídricos. Mas que pode chegar aos preços. “A diferença com os privados é o lucro. Nós não temos lucros. Este bem não deve ser considerado uma mercadoria. Se for, quanto mais se vende, mais se ganha. Ora, estamos a falar de um bem escasso. Ou então vende-se muito caro. O sector público tem esta filosofia o de levar este bem às pessoas”.

Mesmo àquelas que não tem possibilidades de pagar esse bem. Como já acontece em Sintra onde cerca de 1000 pessoas estão isentas de tarifário, num universo que estimamos poder chegar às 16 mil, pessoas que estão no desemprego ou viram os seus recursos serem diminuídos drasticamente.

Foram, para responder a esta e outras situações, criadas tarifas especiais. A Tarifa Familiar abrange 642 famílias, a Tarifa Sintra Solidária, 867, a Tarifa Sócia, 132 e as Tarifas cumuláveis Tarifa Sintra Solidária + Familiar – 35 e Tarifa Social + Familiar, 7.

---

#### DEPARTAMENTO DA CÂMARA DO SEIXAL TRATA DA GESTÃO DA ÁGUA

## “Temos bons indicadores no que diz respeito à qualidade da água e ao serviço que prestamos”



No concelho do Seixal, com cerca de 180 mil pessoas e à volta de 90 mil contadores, a gestão da água é feita por um serviço da própria Câmara Municipal.

“Fizemos uma reestruturação orgânica em Março deste ano, e temos um departamento que trata de todas as matérias respeitantes com a água, os efluentes e salubridade. Na altura da reestruturação, podíamos ter ido para uns serviços municipalizados ou para outra solução, mas não o fizemos”, diz o vereador Joaquim Tavares que marca desde, o início, uma fronteira essencial. “Qualquer solução que seja pública pensamos que é a melhor e pensamos que é a melhor porque a água é um bem que é de todos. Do nosso ponto de vista, a privatização da água pode descaracterizar esta questão

essencial. Enquanto podermos e conseguirmos pensamos que devemos manter a gestão sobre administração pública”.

Para o autarca não há razão para mudar. “Temos bons indicadores no que diz respeito à qualidade da água e ao serviço que prestamos. Saiu recentemente no boletim da DECO, um estudo com informação sobre essa matéria. O nosso sistema aparece, no conjunto de parâmetros estabelecidos, e no âmbito de uma gestão feita por uma Câmara, como o primeiro. É um bom índice da confiança que a população tem em relação à prestação do nosso serviço”.

No concelho do Seixal, a seguir ao 25 de Abril, houve duas coisas a que as autarquias deram prioridade, foi a água e o tratamento de esgotos. De tal forma que “hoje o que é estranho é as pessoas abrirem a torneira e não terem água”. O que significou, também, um acumular de experiência essencial, segundo Joaquim Tavares, para as decisões que assumiram.

“Somos uma divisão orgânica como outra qualquer. Há um vereador que dirige, e depois tem os diversos responsáveis. Foi uma opção política em primeiro lugar e uma opção de gestão em segundo. Depois de tomarmos uma opção política, também podíamos ter criado uns serviços municipalizados. Mas pensámos que não era ainda necessário. Não sei dizer se uma estrutura tipo SMAS será mais onerosa que uma tipo departamento. Agora, também acho que isso depende da gestão das duas situações. Se criássemos os SMAS o que faria? Pegaria na minha equipa técnica e na equipa operacional e transferia para uma estrutura tipo SMAS. Criava as dinâmicas de comunicação, pese embora os investimentos fossem algo desfasados da Câmara, enquanto hoje em dia é tudo articulado com o investimento da Câmara. Por isso, considerando a nossa realidade, o serviço que prestamos, a qualidade da água que conseguimos fazer chegar aos consumidores e a sua satisfação não vimos necessidade de mudar”

Uma situação que é comum a quase toda a Península de Setúbal. Exceptuando Setúbal, que concessionou a água e Almada que tem SMAS próprios, a quase totalidade das restantes Câmaras têm uma estrutura orgânica.

Apesar de reconhecer que as normas decorrentes da regulação podem, cada vez mais, vir a influenciar os tarifários, Joaquim Tavares considera, porém, que existe um espaço de manobra que uma boa gestão pode aproveitar e fazer a diferença. “Enquanto consumidor dou atenção a três questões: preço, qualidade da água e qualidade do serviço, ou seja, quantos dias num ano falta a água na torneira. A questão do preço para o consumidor será eventualmente a que é mais sensível e isso depende muito da gestão. Sobre isso não tenho dúvidas.

Há taxas que estão indexadas à factura da água e que levam a pessoa a dizer que pagou de água tanto, quando não é assim. Por exemplo, a taxa de resíduos sólidos urbanos, a taxa de manutenção de infra-estruturas, a taxa de tratamento de efluentes, que são acrescentadas na factura da água e têm a ver, sim, com os gastos de água que o consumidor tem. Isto pesa na factura. Se analisarmos a água enquanto tal, percebemos que há orientações que vem do regulador que são tidas em conta de uma forma específica em cada local. Há uma teoria geral que os custos na extracção e na distribuição da água devem ser reflectidas no consumo, só que isto envolve muita coisa, e a diferença de gestão nota-se aqui. Provavelmente se for um privado mete tudo.

As facturas não são todas iguais e mesmo nas taxas que são de competência da autarquia, depende de autarquia para autarquia. Não aumentámos os preços nos últimos dois anos. O facto de não se aumentar durante um certo período, tem reflexos ao longo dos anos. Isto significa que a Câmara faz uma gestão adequada daquilo que extrai e consegue manter os preços nestes valores”.

O funcionamento do departamento assenta num orçamento próprio, que está integrado no orçamento da Câmara. “A nossa gestão tem a ver com a realidade que se coloca. Veja-se, temos um valor disponível para uma obra, que está distribuído por diversos anos. Mas não é utilizado por uma razão qualquer. A Câmara pode canalizar essa verba para outro investimento, num outro sector. E o inverso também pode acontecer ou seja se precisarmos de um investimento urgente, o orçamento da Câmara pode disponibilizar essas verbas, o que agiliza muito a nossa intervenção”.

No final, nas escolhas do sistema de gestão, fica de novo uma matriz ideológica. “Essencialmente a questão coloca-se na água como um bem público, um bem necessário e a gestão pública da água dá outras garantias do cumprimento desse pressuposto. Depois há factores que têm a ver com a qualidade do serviço e a qualidade da água que, tendo presente o que são as responsabilidades do serviço público, também estão melhor garantidas. Isto para além de existirem outras questões de política mais geral e que tem a ver com os próprios trabalhadores e o direito ao trabalho”.

Tal como em Sintra, a Câmara do Seixal optou por criar escalões sociais para ajudar os que mais dificuldades sentem. “Infelizmente têm vindo cada vez mais pessoas a recorrer a estas tarifas. Mas como encaramos a água como um bem público, tomámos esta opção”.